



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 15 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guíva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 45 minutos.

No quadro da análise conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, foi apreciado o orçamento do Ministério de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Carlos Vila Nova) e das Finanças e da Administração Pública (Américo Ramos),

os Srs. Deputados Maria de Lurdes (MLSTP/PSD), Esmaiel da Glória (ADI), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (UDD), Jaime Menezes (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Ossáquio Riôa (ADI), Filomena dos Prazeres (PCD), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente e toda a sua equipa, muito bom dia.

Estamos na sede da discussão, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE), em que o titular da pasta apresenta o seu orçamento e as acções a desenvolver no presente ano 2016.

O Sr. Ministro está sob a alçada de um super Ministério, onde os problemas são gritantes, por isso dou-lhe a palavra, no sentido de apresentar-nos as abordagens de tudo quanto pretende desenvolver para o ano 2016.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente, Sras. e os Srs. Deputados, muito bom dia.

Aproveito também para, a todos quantos não tinha feito, desejar um bom ano de 2016, que seja um ano de sucessos pessoais e profissionais.

Bom, o nosso orçamento, embora tratando-se, como disse o Sr. Presidente, de um Ministério amplo, é verdade, com especificidades, cinge-se de facto numa listagem de programação a que devemos cumprir. É um orçamento que, como habitualmente e como se compreende, absorve a maior fatia das disponibilidades orçamentais. Este ano de 2016, no geral, está dedicado ao nosso Ministério, em termos percentuais, 20,3% do global do que seriam as despesas gerais com o orçamento. No Programa de Investimento Público (PIP), temos 33,75% do global do que são os investimentos a serem efectuados. Continua a ser o Ministério que mais absorve, à semelhança do ano anterior. O que poderemos dizer é que da nossa parte, à semelhança do que fizemos em 2015, nos empenharemos para ir resolvendo os problemas e executando da melhor maneira o que temos programado e o que está disponível para ser executado.

É verdade que gostaríamos de poder incluir nas listagens as actividades programadas e previstas neste orçamento muito mais, mas a verdade é que quando começamos a trabalhar no orçamento, o que entregamos era de longe muito superior ao que cá está, mas é preciso ter-se em conta e reconhecer que a programação faz-se de acordo com os recursos financeiros disponíveis, em função das prioridades definidas também pelo Governo para poder executar.

Os sectores são vários, como disse. Temos as vias de comunicação, os sectores da energia e da água para atender, sobretudo é aonde as exigências são maiores, relativamente às nossas populações.

Sr. Presidente, é o que tenho a dizer de forma resumida, manifestando a nossa disponibilidade para poder esclarecer especificamente o que nos for solicitado por parte dos Srs. Deputados. Estaremos disponíveis para o fazer, contando também desde já com o que seriam as melhores sugestões e colaborações dos Srs. Deputados, para que no final a execução do nosso trabalho seja de êxito e benéfico para as nossas populações, que acho que é o alvo ou o objectivo a que pretendemos atingir.

Sr. Presidente, faça-me acompanhar também do Director do Instituto Nacional de Estradas, na eventualidade de haver necessidade de explicar em detalhes mais situações, também do Director Administrativo e Financeiro do Ministério, para o mesmo efeito. Pelo que nos colocamos à disposição dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e os Srs. Deputados, a disponibilidade do Sr. Ministro é total. Os sectores são vastos: água, energia, estrada, saneamento do meio, telecomunicações. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria de Lurdes.

A Sra. **Maria de Lurdes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros colegas Deputados, bom dia...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe Sra. Deputada. Srs. Deputados, alguém está no uso da palavra. Pode continuar, Sra. Deputada Maria de Lurdes.

A Sra. **Maria de Lurdes** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Infra-estruturas, eu venho neste momento em nome das populações do Distrito de Cantagalo, aonde a situação de água está muito mal. Venho lamentar a triste situação que poderá marcar o povo daquele Distrito para sempre, se o Sr. Ministro não for sério e claro.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, o povo de Cantagalo quer ver resolvido o problema de água daquele Distrito de uma vez por todas. Porquê digo isso? O Sr. Ministro, no seu orçamento, indicava uma verba total de 11 mil milhões de dobras, que é qualquer coisa como mais de 5 milhões de dólares, para a reabilitação do sistema de abastecimento de água do distrito. Esse valor não é 5 milhões de dólares, mas sim 7,5 milhões de dólares, financiados pelo BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África). Esse financiamento é fruto do acordo assinado com o governo da coligação MLSTP/PSD, PCD e MDFM/PL, liderado pelo ex-Primeiro-Ministro Gabriel Costa, em Outubro de 2014, e pelo Ministro das Finanças, Dr. Hélio d' Almeida, do MLSTP/PSD. O povo de Cantagalo tem de saber a verdade. O abastecimento de água daquele Distrito é um projecto para beneficiar cerca de 8 027 habitantes das zonas da cidade de Santana e Água Izé, que inclui:

Primeiro, a construção de um sistema de captação de água a partir do rio Abade.

Segundo, a construção de uma barragem de betão armado, na localidade de Nova Linda, com 2,5 metros de altura e 30 metros de largura.

Terceiro, construção de um depósito, na cidade de Santana, com a capacidade de 3,5 mil metros cúbicos.

Quarto, construção de um depósito em Água Izé, com a capacidade de 150 metros cúbicos.

Quinto, construção de um depósito em Zandrigo Santana, com a capacidade de 75 metros cúbicos.

Sr. Ministro, gostaria que fosse mais esclarecedor. Não queremos que as obras para o abastecimento de água de Santana seja uma reabilitação. O povo desse Distrito pede que essas obras sejam resolvidas de raiz, de uma vez por todas.

Se o Sr. Ministro for agora para o distrito, é uma calamidade. A água não corre e as pessoas têm fretado o transporte no valor de 150 000 dobras para virem apanhar água na cidade. Estão a consumir a água do rio Abade, correndo risco de apanhar outras doenças.

Queria aproveitar para perguntar ao Sr. Ministro, destes 7,5 milhões de dólares, onde é que foram os outros 2,5 milhões?

Sr. Ministro, gostaria de perguntar se esse projecto é seu ou é dos 40 anos?

Queria também dizer ao Sr. Ministro que, quando fizesse a inauguração do projecto, não se esqueça de mencionar o nome do Sr. Hélio d' Almeida, do MLSTP/PSD, que assinou o projecto de 40 anos que nada se chegou a fazer, e também o ex-Presidente da Câmara, o Dr. Aleixo Pires, que também vive e sofre no distrito.

Como dizia, Sr. Ministro, muitas vezes temos problemas, porque somos nós próprios que os criamos. O povo de Cantagalo quer a solução de água. Dar água é dar vida. Dar água é dar saúde. Muito obrigado, Sr. Ministro, intervirei noutras oportunidades.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não especulem. É a preocupação da Sra. Deputada, ela vive no distrito, sente e sofre os problemas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail da Glória.

O Sr. **Esmail da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Srs. Deputados, bom dia.

Não dispensaria a possibilidade de, cá nesta augusta Assembleia, tecer as minhas sinceras considerações sobre a situação de água na cidade de Santana. Desde já quero felicitar o Sr. Ministro de Infra-estruturas pela preocupação que tem com o Distrito na questão de água, em primeiro lugar, e também solidarizar-me com a preocupação da companheira. É preocupação do Governo a situação de água na cidade de Santana, como também no País em geral.

Não dispensaria também a possibilidade de aqui dizer que o valor alocado para a melhoria do abastecimento de água na cidade de Santana, na minha visão, é um valor fruto do esforço que o Governo

conseguiu fazer. Reconheço desde logo que esse valor dá para fazer algum ajuste. Penso que a minha companheira do distrito, a Sra. Deputada Maria de Lurdes, falou e muito bem, mas gostaria de alertá-la que é a preocupação do Governo a situação de água na cidade de Santana e que o valor alocado é mesmo para a melhoria da situação de água daquela cidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo, para uma intervenção.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Infra-estruturas, bom dia. Também reitero votos de um ano cheio de sucessos e de saúde.

A minha questão, Sr. Ministro, vai ainda para a questão de água e, como acabou muito recentemente de referir o Deputado Esmiel, é uma questão nacional, com particular realce para algumas zonas. Efectivamente, temos que trabalhar no sentido de fazer novas captações e aduções, mas a minha preocupação referente a água, é relativamente àquelas localidades que já vinham beneficiando de água, não só me refiro aos arredores da capital, mas que hoje a água já não corre nas torneiras. Ao invés de melhorarmos a qualidade da água em determinadas localidades, a água que a EMAE nos põe nas torneiras e que nos é cobrada não tem qualidade, o que nos tem causado muitas doenças. Até já me referi a isso uma vez. Por isso, vejo que existem várias acções que estão no Programa com vista a ir paulatinamente debelando essa situação. Reconhecemos que também existe o factor climático que não favorece, mas se somos cerca de 180 000 habitantes e com o nível de pluviosidade que temos, pelo menos no interior, e os fios de água que dispomos não conseguimos abastecer a nossa população em pleno século XXI, parece-me um retrocesso.

A segunda questão, Sr. Ministro, refere-se ao anúncio feito pelo Governo, no debate sobre o Estado da Nação, de estender a rede de fornecimento da energia, numa primeira fase a Diogo Vaz, constatamos felizmente com agrado que as obras já iniciaram, é isso é que queremos, e numa segunda fase, em Santa Catarina. A minha questão, Sr. Ministro, é saber o custo dessa obra e, a fonte de financiamento, porque não a vejo inscrita no orçamento.

É tudo que tenho por enquanto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro das Infra-estruturas, bom dia.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, vejo no seu Ministério alguns trabalhos que continuam com uma certa lentidão, porque vejo as obras da estrada de Micoló a Praia Gambôa e fico sem saber se é ou não a continuação. Gostaria que o Sr. Ministro me explicasse isso.

Quería também dizer ao Sr. Ministro que eu considero o GIME um trabalho especial. Porquê? Porque durante o tempo que o GIME começou, tem havido poucos acidentes nas estradas, principalmente nas vias rurais, baixou para cerca de 50%. Por sua vez, tem-nos permitido com facilidade o escoamento dos nossos produtos, mas vejo o seu Ministério com muita lentidão. Não sei se é ou não por falta de verba. Essa estrada tem pouco mais de 1 ano e tenho visto as obras com muita lentidão.

Quería pedir ao Sr. Ministro que desse mais vida ao GIME, porque faz-nos muita falta e é preciso. Que não deixasse isso à sua sorte.

Por enquanto, são essas as minhas preocupações, mas poderei intervir posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Menezes, para uma intervenção.

O Sr. **Jaime Menezes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, muito bom dia.

Eu vou tocar mais na questão de água. Hoje com a nova adução de água de Rio Douro, nota-se a melhoria da água ao nível de Guadalupe e outras zonas ao nível do País, mas essa adução que liga Guadalupe a Mouro Peixe passa pela comunidade de Agostinho Neto. Essa comunidade vem sofrendo, porque a água que consome não é potável, logo, não é tratada. Tendo em conta que passa a 300 metros dessa comunidade, não sei por que é que não tiraram uma saída para ligar a água a essa comunidade. Aqui na rubrica 1028, «Programa Nacional de Aprovisionamento de Água Potável», não sei se há a possibilidade de o Governo aproveitar a água do Rio Douro, no sentido de fazer chegar à comunidade de Agostinho Neto.

Por outro lado, gostaria também de ver a questão de «Ambiente e Desenvolvimento Sustentável», na rubrica 1014, financiado pelo PNUD. Gostaria de solicitar ao Sr. Ministro se, no âmbito desse projecto, as comunidades mais vulneráveis terão a possibilidade de beneficiar de energia, tendo em conta que hoje pensa-se em melhorar a energia para energia limpa. Falo concretamente da comunidade de Caldeiras. O projecto já tinha sido financiado pelo PNUD, houve a ideia de criação de uma barragem de mini-hídrica naquela comunidade e que posteriormente poderia se estender para outras comunidades, tais como: Boa Esperança e Pouso Alto. Não sei se há a possibilidade de ainda com este projecto reactivar esta mini-

hídrica, tendo em conta que já se tinha dado início em Caldeiras, salvo o erro em 2010, no âmbito do projecto das mudanças climáticas.

Nessa esteira, gostaria também de pedir um esclarecimento ao Sr. Ministro. No ano de 2012, o então governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoada, havia anunciado a construção da estrada que liga Agostinho Neto a Chamiço e, na altura, diziam que tinha o financiamento da União Europeia. Neste orçamento, não vejo esta acção e gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais intervenções, passo a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. Deputado solicitou a palavra?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe. Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e sua delegação, Sras. e os Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, eu gostaria de obter um esclarecimento, no sentido de saber em que pé vai as negociações que visam o aumento do horário da energia na Região Autónoma do Príncipe. Foi uma questão bastante falada, quer no debate sobre o Estado da Nação, quer aquando do debate do Orçamento Geral do Estado, na generalidade, no entanto, pelas informações que tenho, só ontem não solicitei, porque tenho solicitado todos os dias, a situação continua na mesma penúria em termos do horário de fornecimento. Isto implica o aumento do combustível que deve ir ao Príncipe para aumentar este horário de energia.

Mais uma vez, venho manifestar essa preocupação e pedir a compreensão de todo o poder envolvido nesse processo, porque é lamentável estar ali e chegar à meia-noite ver já o corte da energia. Já disse e volto a dizer, alguém que não segue as notícias do País e do estrangeiro às 20 horas, não pode assistir à meia-noite, porque é o momento que a energia vai-se. Quem diz isso também diz mais coisas. Por isso, eu gostaria de obter um esclarecimento. É uma questão de justiça. Tanto no Príncipe como em São Tomé, paga-se a mesma taxa. Eu estou cá em São Tomé, Sr. Ministro, e pelo menos na zona onde tenho estado a residir, esses dias tem a energia 24 sobre 24 horas. Não compreendo por que é que o Príncipe tem que ser penalizado.

Gostaria de obter um esclarecimento à volta disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Infra-estruturas, bom dia.

Trago apenas duas questões para esclarecimento. Aliás, duas do âmbito nacional e uma relativamente ao Distrito de Lembá.

Sr. Ministro, ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro dizer, aquando do debate, que não está prevista a reabilitação da Estrada Nacional n.º 1 (EN1), que liga a Cidade Capital a Neves ou Guadalupe e Neves. Sabemos que é um projecto que tem muito custo, dado a degradação da estrada, houve uma primeira intervenção por causa da questão da orla marítima. Mas há uma questão que se coloca que é do pavimento. Sabemos de antemão que este ano não é possível fazer a intervenção nessa estrada, mas o Sr. Primeiro-Ministro terá dito que eventualmente poderá ter uma pequena intervenção, para minimizar a questão.

Não vejo qualquer verba atribuída para esse efeito. O Sr. Ministro deve saber do que estou a falar e o estado precário em que se encontra a estrada que liga a cidade capital a Neves.

Um segundo aspecto de âmbito nacional é que vejo aqui a rubrica 5900 com uma verba de cerca de 3 bilhões de dobras, página 31 de 51. Fala-se aí de «criação de balcão de água». Sei que a água em São Tomé e Príncipe é uma preocupação e sei das intervenções que o Governo está a fazer na distribuição da rede e por aí fora, mas estranha-me, e nem sei o que quer dizer isso de «criação de balcão de água para as autarquias locais», com uma verba de 2,9 milhões de dobras.

A penúltima questão é para reforçar a preocupação do Sr. Deputado Fernando Maquengo, em relação ao tal projecto de extensão da rede eléctrica, numa primeira fase até Diogo Vaz. Como já disse o Sr. Deputado, essa ofensiva do Governo é bem-vinda, mas porque também não encontramos onde é que isso está no programa de investimento público, queríamos ter uma noção do custo das obras, nessa primeira fase, e qual é a fonte do financiamento.

Por último, agora sim, na rubrica 5509, em relação a água de Neves, está aqui alocada uma verba de 17 bilhões de dobras. A minha preocupação é saber se a referida verba é para a conclusão do projecto ou ainda continua-se na fase de reabilitação, tendo em conta o valor que se aplica aqui para o ano de 2016.

São esses esclarecimentos que eu gostaria de obter da parte do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Perpétua Riôa, para uma intervenção.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Eu tomo a palavra para me informar ou obter uma explicação ou mesmo uma clarificação.

Eu falo na voz do povo de Água e Izé e Plano, porque temos uma ponte que liga Água Izé e Plano. Esta ponte desabou, salvo o erro, no dia 11 de Março de 2014. Estamos em 2016 e até então não houve nenhuma intervenção. Não sei se a intervenção seria ao nível da Câmara ou do Governo. Esta situação tem estado a se alastrar. Sobretudo quando há cheia, a situação torna-se ainda mais preocupante, porque os alunos têm que dar a volta para a zona de Boca do Inferno ou têm que tirar a roupa e saltar o rio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena dos Prazeres, para uma intervenção.

A Sra. **Filomena dos Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Infra-estruturas, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, tomo a palavra ainda na esteira do problema energético para a Região Autónoma do Príncipe. Aquando da discussão na generalidade, eu tinha levantado essa questão e o Sr. Primeiro-Ministro, se não estou em erro, deixou bem claro que seria ainda um pouco difícil manter a energia, na Região Autónoma, por 24 horas, mas fez-me ver que estaria em carteira a questão de energias renováveis para a Região Autónoma, partindo do princípio de que está a ser um pouco mais difícil manter a energia por causa do problema do combustível. É nessa ordem de ideia que queria saber se há alguma solução, porque não vejo orçamentado qualquer valor para este ano. Sabendo que é um problema de alta necessidade da população da Região Autónoma, não é apenas da Região, mas temos essa questão em particular.

A segunda questão é para fazer ver ao Sr. Ministro que relativamente ao problema de água também, falamos de água potável, da sua extensão para aqui e para lá, mas mesmo a água potável julgo que se devia ter mais atenção no tratamento, porque eu pessoalmente tenho notado que a água potável que consumimos, de vez em quando, aparece com um paladar de lixívia e nem se consegue consumir. Tanto aqui como na Região Autónoma isso acontece. Tenho visto muitas pessoas a reclamarem. Acho que uma atenção deve ser dada a esse respeito, porque sabemos que a população consome essa água potável e poderá trazer problemas e muitas vezes não damos conta.

De momento são essas as minhas preocupações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Infra-estruturas, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, vou começar a atender por ordem e conforme foram levantadas as questões, começando pela Sra. Deputada Maria de Lurdes.

Eu começaria por dizer que, enquanto Ministro, não reclamo e nunca reclamarei a paternidade de qualquer projecto neste País. Portanto, que fique claro que não está em causa a paternidade do projecto, quanto a mim, porque muitas vezes quem assina um acordo ou um contrato não é quem inicia os projectos.

Relativamente ao abastecimento de água para toda a cidade de Santana a Água Izé, é um projecto que está inscrito e que repetidas vezes dissemos que daremos a nossa melhor atenção, porque de facto conhecemos o que é a situação actual, que se vem arrastando. Não urge paliar o problema em Santana, mas sim temos é que resolvê-lo. Não é por acaso que este projecto será um dos maiores e um dos mais generosos, até porque a situação geofísica da cidade de Santana faz com que as coisas tenham que ser muito bem estudadas, e este projecto foi por diversas vezes estudado, para chegar ao ponto a que chegou. Ele tem financiamento, é um projecto que vai percorrer a sua tramitação normal até a sua execução. Há normas e regras por parte do financiador que têm que ser cumpridas, não dependerá apenas de nós, mas posso dizer que tudo indica que o projecto terá o seu início o mais brevemente possível, e estamos empenhados nisso, ainda em finais de Novembro, princípios de Dezembro, creio eu.

A delegação do BADEA que esteve em São Tomé, nas várias reuniões que tivemos, uma delas com o Sr. Ministro das Finanças, foi uma das questões que mais tratamos e tentamos resolver, porque conhecemos o problema. Interessa-nos de facto chegar a um dado momento em que tenhamos o problema de Santana resolvido, razão pela qual reconhecemos a preocupação dos muitos Srs. Deputados aqui e das populações. De facto dentro dos sistemas de abastecimento de água que pretendemos fazer, Santana é a zona que, se pudéssemos, seria a maior das prioridades. Empenhar-nos-emos para acompanhar e executar esse projecto.

Continuando na água e relativamente às questões que foram colocadas pelo Deputado Fernando Maquengo, a capital e os seus arredores têm conhecido um grande problema. Aí também estamos a falar de sistemas que são funcionais, mas que são relativamente antigos. A cidade de São Tomé tem a vantagem de ser abastecida por sistemas subterrâneos, ou seja, águas de nascentes. Temos cinco sistemas que abastecem a cidade. As águas amoreiras 1, 2, 3 e 4, são a mesma coisa, e temos Água Clara e Vaz Sum Pinho.

Bom, depois do que aqui discutimos e fomos falando ao longo dessas semanas, neste mesmo local, eu ocupei-me um pouco, sobretudo em questões colaterais, mas que podem ter influência na situação de abastecimento de água. Tenho informações e documentos que nos mostram que nos últimos 11 anos a

quantidade de chuva no País não pára de diminuir. Mesmo relativamente ao ano passado a diferença é enorme, em termos de mililitros caídos de água da chuva. Isto porquê? Tratando-se de sistemas subterrâneos, é a água da chuva que alimenta as napas. Como vemos, tivemos neste ano 2015, todo o período de Gravana, durante 4 meses, sem um milímetro de água na zona da cidade capital. Novembro foi o único mês em que tivemos uma situação superior à de 2014, mas até aqui o mês de Dezembro não correspondeu àquilo que seriam as expectativas, pelo que a tendência da situação é de diminuir. Diminui a quantidade de água disponível e aumenta o número de consumidores a atender. O que é que se pode fazer? Temos que encontrar os mecanismos de gestão. Gerir os recursos que nos chegam, para atender sobretudo as populações periféricas. Muitos desses bairros nem têm rede de abastecimento de água. Isso faz com que muitos bairros periféricos acabem por criar desarranjos nos sistemas que já existiam. Temos um sistema que abastece a zona de Santo António e Atrás da Cadeia, que hoje serve para alimentar toda a zona de Bairro Verde e São Gabriel. Sem nenhum mecanismo de gestão por períodos, não é possível. Mas há possibilidade, e estamos a trabalhar neste sentido e ainda esta semana começaremos esse trabalho, para ver se conseguimos fazer a recuperação de perdas de águas à volta do sistema e conseguir assim aumentar a disponibilidade deste produto, para podermos, enfim, continuar a abastecer até que se resolva de uma forma mais profunda o problema. Como é que pretendemos resolver? Sabemos que esse mesmo sistema tem alimentado todo o corredor da parte sul da cidade de São Tomé, que desce de Cruzeiro, Caixão Grande, passando por Almas e vai até a Praia Melão. São as águas amoreiras que abastecem, quando essas zonas deveriam ser abastecidas pelo projecto de sistema de abastecimento de Milagrosa, ou seja, de Obolongo. Esse sistema já está praticamente nos procedimentos finais, para que ainda este mês se possa retomar a execução do mesmo, o que vai libertar em muito a disponibilidade do que existe para a cidade capital e os seus arredores, porque essas zonas seriam alimentadas pelo seu próprio sistema. Assim poderíamos fazer uma melhor gestão.

Segunda questão, temos que partir para estudos concretos, que não temos a possibilidade de fazer internamente, que é de identificar e resolver o problema das perdas. Neste momento, fala-se, não tenho estudos concretos, mas presumimos que haja perdas em quantidade igual ou superior ao de consumo no País. É preciso que se consiga de facto ter elementos que nos permitam trabalhar neste sentido e resolvê-lo. Também aí é com o BADEA. É um assunto que trabalhamos e há disponibilidade dessa instituição em financiar um projecto para a cidade capital, no sentido de recuperação e organização das redes de abastecimento dentro da cidade. Em alguns sistemas, vamos ter que avançar e aí é um trabalho a ser feito juntamente com o Sr. Ministro das Finanças, para encontrarmos mecanismos de apoio à EMAE, para o reforço da capacidade de estocagem. Refiro-me ao sistema de Água Clara, que em dois anos perdemos milhões de litros/ano, em termos de quantidade de água disponível. Conseguindo mais um depósito, há disponibilidade para tal, desde que haja recursos financeiros, teremos maior quantidade de água estocada, o que também permitirá fazer uma melhor gestão desse mesmo produto.

Relativamente à energia, a fonte de financiamento para a extensão energética que estamos a fazer é Portugal. Há aqui no orçamento diversos itens financiados por Portugal, e inclui não só a produção como também a extensão de redes.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Que rubrica, Sr. Ministro? Peço desculpa.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — São várias. É ver os financiamentos de Portugal, quase todos eles são de energia.

Sr. Deputado Felisberto Afonso, devo dizer-lhe que respeito a sua opinião, mas não vejo em quê que há lentidão. Quando diz que vê lentidão em obras que estavam paradas, deixa perplexo, porque se a obra estava parada e hoje evolui, mesmo assim continua a haver lentidão, como disse, respeito. Tentaremos imprimir outra dinâmica, aliás acho que está em curso. Sobretudo no troço Conde a Micóló, devo dizer-lhe que uma das razões de ela ter-se encontrado parada foi porque era necessário levar a água a Micóló e a Fernão Dias. Os trabalhos passavam pela estrada e não permitia que se avançasse com a estrada sem ter resolvido primeiramente o problema da água.

Quanto aos GIME, não sei se de facto percebi, mas pela importância que têm vão continuar a fazer o seu trabalho. Disse-nos que o GIME contribui para evitar os acidentes e para manter o estado de manutenção. Pretendemos trabalhar cada vez mais com o GIME e temos dado mostras disso ao longo desse ano, que o GIME é um parceiro a reter e a considerar nos nossos trabalhos e nas nossas acções ao longo desse exercício.

O Sr. Deputado Jaime Menezes fez referência ao Rio Douro, adução de água a Agostinho Neto. Bom, confesso que não tinha a informação da distância que separava Agostinho Neto, 300 metros. É algo que posso ver e se for possível o faremos. De facto, é possível sim abastecer Agostinho a partir do sistema de Rio Douro, isto porque Agostinho Neto, à semelhança de quase todas as antigas empresas agrícolas, tinha um sistema próprio de abastecimento de água. Lembro-me bem ainda no XIV Governo que tentamos em várias visitas reabilitar um outro sistema paralelo para reforçar Agostinho Neto, que na altura já tinha o seu próprio sistema que o abastecia.

Prometo verificar a situação e caso ela seja possível, faremos, até porque o sistema do Rio Douro permite fazer esse abastecimento.

Quanto ao Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, refere-se de facto a projectos que são financiados por vários fundos que o PNUD faz a gestão. Muitas das vezes o Estado são-tomense, enquanto parceiro, é confrontado com projectos a partirem para a execução, alguns deles tipo piloto e depois dá-se conta que não funcionam. O que se pretendia fazer já algum tempo, em 2012, em Caldeiras, e mais tarde tomei conhecimento que não se fez, porque deixou de ser exequível, não funcionaria. Por isso é que a tal mini-hídrica não foi feita, porque complicaria a situação das populações à volta e, como disse, acho que também haveria na localidade de Pouso Alto e Água Sampaio.

Hoje esse projecto existe e o que estamos a fazer com a EMAE é, ao invés de fazer projectos-piloto que após a sua conclusão os riscos de não funcionamento são grandes, iremos ver com a EMAE o aproveitamento das verbas destinadas para esse mesmo projecto e fazer uma extensão da rede que faça uma alimentação adequada em termos de fornecimento de energia, para efectivamente não correremos os riscos de acompanhar e desenvolver os projectos que pouco tempo depois não funcionam. Temos alguma experiência nessa matéria, penso que ao longo desses anos temos estado a ver coisas do género.

Relativamente ao troço de estrada a que se referiu, Pouso Alto a Chamiço, em 2012, são troços de estrada que estavam na programação da União Europeia. Sabe que os programas do FED, na altura, estavam vocacionados e virados para os transportes, portanto, apoiavam a reabilitação e construção de troços de estrada, sobretudo em zonas rurais, mas agora já não. A União Europeia, em finais de 2014, reorientou as suas acções para água e saneamento, pelo que esses troços não foram feitos e provavelmente por esta via não serão feitos.

Quanto ao abastecimento de energia para a Região Autónoma do Príncipe, o Sr. Deputado compreenderá que não é num espaço de semanas ou dias que traríamos aqui a solução, mas devo dizer-lhe que continuamos a trabalhar na situação. Ainda aqui na discussão do Orçamento, na generalidade, eu tinha, à margem das questões e da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, lhe dado conta de alguma informação que tinha. Temos relatórios de missões que tivemos que fazer à Região Autónoma do Príncipe, no quadro dessas interrupções e dificuldades de abastecimento e fornecimento de combustível ao Príncipe, que ultrapassam a estrutura da EMAE, porque dependem muito das ligações marítimas. Muitas vezes o combustível está disponível e não há transporte para fazer levar, o que nos cria algum constrangimento. Temos estado a trabalhar para encontrarmos uma solução que permita um abastecimento, não digo que seja o mais regular, porque ainda continuamos a depender das frequências marítimas, mas que se consiga transportar mais quantidade e ter mais estocagem, para evitar os cortes de energia. A primeira preocupação que o Ministério tem é de facto evitar que haja roturas de fornecimentos.

A segunda preocupação é de facto a extensão de horas. Devo dizer-lhe que pelos dados técnicos que dispomos dos grupos geradores que estão no Príncipe, pela quantidade de combustível que mandamos, não há razões para que a Região Autónoma tenha apenas o abastecimento no número de horas que tem. Teoricamente, teria que ter um fornecimento próximo de 24 horas. Os relatórios não são conclusivos, dois deles feitos nos últimos 3 meses, mas deixa-nos claramente a entender que poderá haver o uso de combustível da EMAE para outros fins, o que está a penalizar o fornecimento de energia em números de horas para a Região Autónoma do Príncipe. Não é meu apanágio, nem enquanto governante, prender-me por aí e continuar a lamentar a situação. Continuarei a trabalhar, no sentido de resolver isso e espero que nos próximos tempos consigamos contribuir de forma positiva para que se melhore o sistema de fornecimento de energia à Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Deputado, à medida que as coisas forem evoluindo, eu não deixarei de mantê-lo informado, seja através do Governo Regional, mas pode contar que é um assunto que trabalharei e que tentarei dar uma contribuição para o seu melhoramento.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa levantou algumas questões relativas a vias e projectos. Eu começaria, não pela ordem que as colocou, pelo balcão de água. Trata-se de um projecto também de financiamento da União Europeia, de estudos e de balcão, que conhece esse financiamento, para poder fazer a estruturação dos diferentes programas e projectos em curso a desenvolver ao longo de todo o País.

Quanto à água de Neves, o que está aqui no orçamento é a continuação. Vamos também nos empenhar para ver se o concluiremos este ano 2016. Há condições para isso e, se não houver imprevistos que nos possam criar problemas, porque muitas vezes somos confrontados com imprevistos de diversa ordem, que não esperamos, mas que também estaremos preparados para lidar com os mesmos e tentar resolver.

A Estrada Nacional n.º 1, sim, efectivamente o Sr. Primeiro-Ministro disse que não iríamos fazer este ano mais do que reabilitação. Percebi que seria a via. O que vamos fazer este ano é a conclusão da protecção costeira, porque a protecção costeira foi concluída, mas o que acontece é que enquanto se fazia os trabalhos ora executados, chegou-se à conclusão que havia sítios que não estavam no projecto inicial, mas tornavam-se quase que indispensáveis serem feitos. Conseguimos, ainda com a União Europeia, portanto a mesma fonte de financiamento, a continuidade. Acho que dentro dos próximos tempos vamos concluir as obras da protecção costeira, que é muito importante, porque dá-nos a garantia de podermos trabalhar à vontade e com mais segurança no piso.

Também conseguimos com a União Europeia, a margem é do FED e como continuidade, um concurso será lançado brevemente para o estudo da via. Isto porquê? A Estrada Nacional n.º 1, por razões sobejamente conhecidas, quer sociais quer económicas, é provavelmente a estrada de maior frequência, utilização e utilidade para o País. O que pretendemos é um estudo que nos mostre, nos próximos tempos, para a melhor utilização daquela via, como é que ela seria. O seu alargamento, a sua estrutura, duas faixas ou uma faixa. Portanto, esse estudo vai nos permitir saber isso. E aí sim o Governo terá de trabalhar para encontrar as condições de financiamento para reabilitar de fundo a EN1, para que ela corresponda de facto ao que pretendemos para o desenvolvimento não só da região como também do País. Entretanto, o que vamos fazer, e penso que o Sr. Primeiro-Ministro deixou entender, é intervir sim senhor, através do Fundo Nacional Rodoviário e com a manutenção extraordinária prevista no orçamento vamos fazer a reabilitação do troço existente e dotá-lo de condições transitáveis e adequadas para que as coisas se façam com maior fluidez e também para a segurança dos próprios utentes da via. Esse trabalho será iniciado brevemente. Só ainda não teve o seu início, porque, como sabe, é preciso fazer a importação de alguns produtos, para que se possa tapar os buracos. Iniciámos a tapagem na cidade capital e tivemos também que suspender, porque faltou os tais produtos, mas já chegaram e estão nas Alfândegas. Agora só faltam as formalidades do seu desembaraço e iniciaremos dentro das próximas semanas esse trabalho, concluindo o que resta na cidade capital e avançar para a EN1 até chegarmos a Neves.

Quanto à situação de Água Izé, ponte de Plano, Sr. Deputado, penitencio-me, terei que colher informações complementares, porque não tenho informações suficientes para lhe brindar com mais detalhes sobre a referida ponte, mas prometo que darei atenção ao que se passa.

Sra. Deputada Filomena, há um programa em curso com o governo regional, para entrarmos em energias renováveis, na Região Autónoma. Esse programa está em curso, tem parceiros e está a um nível avançado de estudos. Dentro de pouco tempo esses mesmos parceiros estarão em São Tomé, porque há também outros programas em São Tomé a desenvolver com eles. A situação que hoje se vive na Região Autónoma mostra-nos que de facto temos que partir para esse tipo de energias, porque hoje a nossa dependência é grande. Os sistemas e as fontes que alimentam a nossa produção energética de hoje, faz com que dependamos do próprio produto em si, do custo desse produto, do transporte marítimo e da falta de capacidade de estocagem. Conseguindo avançar para as fontes renováveis na Região Autónoma do Príncipe, assim como se pretende também na ilha de São Tomé, só vai contribuir para melhorar e avançar para a estabilização do fornecimento de energia às nossas populações. É um dossiê que estamos a acompanhar, em parceria e muito estreitamente com o governo regional.

A situação da água também merece a nossa atenção. O que disse aqui relativamente a água e os próximos desenvolvimentos, que tudo tentaremos fazer para melhorar a gestão, faremos também para a Região Autónoma do Príncipe. Há assuntos, sobretudo no que toca à parte Norte da ilha, que já em 2015 começamos a trabalhar com o governo regional, só não passamos à execução, porque não havia recursos financeiros para o fazer. Na altura, pensamos que se podia utilizar alguma verba de investimento à guarda do próprio governo regional, mas também não foi possível. Assim, como conhecemos a situação mesmo na cidade de Santo António e o que pode ser feito para melhorar a situação, não deixaremos de estar atentos a esses dois lados, quer a energia e quer a água na Região Autónoma, dentro do quadro deste programa global que eu descrevi para o abastecimento de água.

Sr. Presidente, penso ter feito uma ronda quanto às questões que me foram colocadas e fico grato.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro obrigado pelas explicações que deu.

Eu levanto uma preocupação, porque como sabe estamos a folhar os documentos, a discussão na especialidade é mesmo para ver os números. Ao ver o seu Ministério, me apercebi de uma verba que gostava de obter algum esclarecimento. Está na rubrica 0799 e diz «outras despesas correntes», no valor de 44 mil milhões, e isso não está discriminado. É qualquer coisa como todo o orçamento da Assembleia Nacional nas despesas correntes. E quando assistimos àquilo que aconteceu na aprovação do orçamento da Assembleia Nacional, que era difícil encontrar com o Governo o aumento do tecto da Assembleia Nacional, e está cá uma verba «outras despesas correntes», no valor de 44 mil milhões. «Gabinete do Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais», «actividade de missões no exterior», «Projectos», «Apoio Institucional» tem a sua verba e vai descendo. Por isso é que gostaria...

Uma Voz: — falou com o Microfone desligado.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Está no quê?

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Está no Plano Nacional de Ordenamento do Território.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Então retiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Infra-estruturas, bom dia.

Sr. Ministro, tenho nada mais nada menos que uma inquietação, porque vendo o seu orçamento, aquilo que programou para 2016 não há qualquer diferença com o que programou no ano de 2015. Quando eu procuro algum financiamento que diz respeito a infra-estruturas que o Distrito de Caué carece, só posso dizer-lhe que é zero.

O Sr. Ministro, quando acompanhou a delegação para o orçamento do cidadão, teve a oportunidade de estar na comunidade de Ribeira Peixe e houve reclamações quanto à ponte que liga a zona da praia piscatória, que acabou por tombar. As pessoas têm estado a atravessar o rio para irem à praia comprar o peixe. Mesmo os que residem do outro lado têm que atravessar o rio para conseguirem chegar à praia. E procuro aqui no seu orçamento na rubrica investimentos, não vejo nenhuma acção nesse sentido.

Sr. Ministro, a estrada de Ribeira Peixe desde o alcatrão até a entrada para a sede, também houve inquietação da população. Procurei no orçamento, não vi.

O que também foi mais focado pelos outros cidadãos do distrito tem a ver com a estrada que dá acesso ao Cemitério de Angolares. Qualquer cidadão que vai ao Cemitério sempre interroga. Tentei ver o orçamento destinado à Câmara Distrital de Caué, o montante destinado é insuficiente. Agora poderão dar-me razão, quando digo que geralmente Caué é enteedo. Tendo essas preocupações, não poderia deixar de expor com tristeza aquilo que tem feito ao nível do Distrito, quando a mensagem do Primeiro-Ministro na altura foi que Caué seria o ponto focal para o desenvolvimento do País. Não vejo nada plasmado neste orçamento, só me traz tristeza.

Com relação aos recursos naturais, Sr. Ministro não sei se já tem conhecimento de que a zona de Angolares tem tido escassez de água. Há vários reservatórios e alguns deles já deixaram de existir. Actualmente, só temos um depósito que tem servido para conservar a água e não tem sido suficiente para satisfazer a necessidade da população. Não vejo nenhum orçamento para a reabilitação desses mesmos depósitos, a fim de se conservar mais água e distribuí-la à população.

Ligado à água potável, Sr. Ministro, não sei se é do seu conhecimento que ao nível do Distrito a única zona que tem água potável é a cidade de Angolares. Posso dizer-lhe que de potável aquilo não tem nada. Até já preparamos uma comissão, onde iremos pegar um pouco daquela água e levar ao CIAT, a fim de sabermos se na realidade faz sentido a população utilizá-la para consumo.

São essas preocupações que trago, Sr. Ministro, e gostaria que me esclarecesse porque é que Caué está sempre no último lugar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Pina dos Prazeres.

A Sra. **Filomena dos Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vejo aqui plasmado no orçamento uma verba de Dbs. 40.714.286.385,48 (quarenta mil milhões, setecentos e catorze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco e quarenta e oito dobras), para a reabilitação do arruamento da cidade de Santo António. Como tem sido prática, normalmente por falta de verbas para o orçamento, costuma-se transferir projectos de orçamento de um ano para o outro ano. Daí que, Sr. Ministro, venho pedir a sua indulgência para que faça desse projecto a sua prioridade, porque já não dá para caminhar naquela cidade nas condições em que se encontra.

Repito, vim pedir a sua indulgência para fazer desse projecto a sua prioridade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e os Srs. Deputados, bom dia.

Na senda do que tem sido a minha participação neste debate, não discuto números e gosto de ser louvado pelas pessoas que percebem disso. Daí, na expectativa de voltar a receber o louvor do Sr. Ministro das Finanças, não vou discutir números, mas gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se tem ou se está a prever alguma obra que possa culminar com a melhoria de produção de energia, tanto em termos de quantidade como qualidade. Porque se é verdade que se está a levar a energia para as localidades que outrora não tinham, e não é pela primeira vez, é também verdade que temos que ter em conta a questão da produção, sob pena de o nível se tornar insuficiente em termos de distribuição. Daí que gostaria de saber se há alguma coisa em vista, no sentido de melhoria, tanto em termos de quantidade como em termos de qualidade da energia.

A segunda preocupação vem na senda da resposta que o Sr. Ministro deu a alguém, não me recordo qual dos Deputados, mas pude perceber que o tipo de captação de água que o País tem não é a mais viável, porque a captação da água do subterrâneo vai depender de muitos factores e não sei se é a melhor via. Se for, me redimo, mas caso não, gostaria de saber se estamos a pensar em algum plano que se possa

fazer para mudar o sistema de captação e deixar-se de ir lá buscar as nascentes e apostar num outro sistema para o abastecimento de água à população.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito obrigado pelo esclarecimento.

Voltei a pedir a palavra, porque entendi que, no decorrer do seu esclarecimento, fiquei com a impressão de que a informação que tinha em relação aos cortes de energia era única e exclusivamente por causa da questão de ligação marítima, que de facto é um problema. É verdade que nem sempre temos o barco para levar o combustível. Automaticamente, pedi a palavra para alertar o Sr. Ministro que o problema não era apenas esse, mas no decorrer da sua explicação quase fui ultrapassado, quando Sua Excelência falou da quantidade. De facto o problema está aí. Agora a minha preocupação é maior quando oiço o Sr. Ministro dizer que, para todos os efeitos, a quantidade que se tem mandado ao Príncipe supostamente é para 24 sob 24 horas. É mais um problema. Se de facto a quantidade que actualmente vai permite dar mais horas de energia, então deve-se imediatamente tomar medidas, para que de facto isto possa acontecer.

O que também quero aqui chamar atenção e pedir a colaboração do Governo é que mande fazer um estudo, crie uma equipa de técnicos com conhecimentos na matéria para fazer o tal estudo e saber na realidade quantos litros de gasóleo o gerador consome por hora e quantos litros são necessários para fornecer uma determinada hora de energia. E mais, o estudo também tem que prever, daqui há 3, 4 ou 5 meses, qual será a quantidade total. Digo isso porquê? Porque, o aumento de consumo é diário e sempre que aumentar o consumo dos clientes, implicará o aumento do combustível para os geradores. O consumo não é só quando um cliente novo pede a ligação e vai logo ter a energia em sua casa. O aumento do consumo não se verifica apenas dessa forma, mas também mesmo nos clientes que já têm acesso à energia, quando adquire mais um electrodoméstico. Por isso, digo que o aumento de consumo ocorre todos os dias.

Hoje podemos resolver o problema, fazendo um estudo e constatar que é necessário 80 ou 90 000 litros de combustível para fazer face ao problema, mas daqui há alguns meses estaremos novamente com o problema de redução do horário de energia, em função da subida do consumo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria de Lurdes.

A Sra. **Maria de Lurdes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, fiquei satisfeita ao escutar Vossa Excelência dizer que o projecto de abastecimento de água para o Distrito de Cantagalo arrancará em breve. Agradeço, em nome dessa população e que seja o mais rapidamente possível. Mas para dar resposta ao povo desse Distrito, queria perguntar ao Sr. Ministro se o problema de abastecimento de água é de fundo ou apenas uma reabilitação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para fecharmos.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Ministro, queria apenas tocar numa questão. Há muitas críticas sobre a energia, mas a iluminação pública permanece 24 sobre 24 horas. Ainda tem havido problemas no fornecimento de energia nas residências da população, as pessoas deixam de fazer as suas refeições, para terem a factura de energia em dia. Como é possível manter a iluminação pública 24 sobre 24, enquanto nas residências há sempre grandes reclamações? Não sei se o Sr. Ministro tem conhecimento disso.

Quero também lhe perguntar se o pagamento da energia pública é com a população ou é com o Estado. Quero saber isso, porque a factura que hoje recebemos há um acréscimo bastante elevado. A factura da EMAE também tem chegado antes da hora. Eu tenho reparado isso. Há uma pressa terrível.

Risos gerais.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Não sei se o Sr. Ministro tem conhecimento, gostaria de obter esse esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo, mesmo para fechar.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria fazer ênfase naquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Felisberto Afonso, mas relativamente à água. Eu referi cá que há problemas sérios de água. O que se nota é que pese embora, em muitos casos, a gente não beneficiar da água, na factura da EMAE vem sempre a tarifa da cobrança da água. Sei que a EMAE está sob a tutela do seu Ministério. A água não corre, mas a EMAE, mensalmente, cobra a sua parte. Acho que isso é mau. Mesmo não beneficiando desse precioso líquido, somos penalizados, porque ainda temos que pagar, pelo facto de haver um contrato celebrado em vigor. Há que se corrigir isso.

A segunda questão, pode não ser do cabal conhecimento do Sr. Ministro, porque a questão do projecto estruturante porto de águas profundas é um projecto partilhado com o gabinete do Sr. Primeiro-ministro, mas de qualquer forma, de tanto que já se falou do mesmo, não se sente qualquer indício no orçamento do seu Ministério. Não sei se o Sr. Ministro poderia nos brindar com algumas informações relativas à evolução desse dossiê.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, começarei pelas questões levantadas pela Sra. Deputada Beatriz Azevedo, do Distrito de Caué.

Sra. Deputada, para descongestionarmos um pouco as coisas, devo dizê-la que há padraos que tratam os enteados melhor que os pais. Quem sabe não estaríamos aqui numa situação dessa. Mas não considero o Distrito de Caué como enteadado. Caué é parte do País, é verdade que à semelhança dos outros distritos, até podia-me referir a Lembá ou outros, por muitas razões, muitos critérios e muitas necessidades, em termos de prioridades, às vezes não conseguimos chegar a todas. Julgo que é o caso do Distrito de Caué. Porquê? Tenho conhecimento de facto da situação de água em Angolares. Se não o fiz pessoalmente, acho que o Sr. Primeiro-Ministro ou outro membro do Governo deve ter feito referência que, desses sistemas todos de abastecimento de água, era Angolares que nos faltava pegar, para também criar um projecto de raiz. Angolares porquê? Porque não tem o problema de quantidade de água disponível. Tem outros problemas que levantou, e reconheço que tem, mas a quantidade de água está lá. Quer dizer que se pode melhorar o problema de Angolares até que encontremos uma solução idêntica a outras que estamos a fazer com a estrutura existente da nossa empresa de água, a EMAE. É o que irei fazer para ver se encontramos uma solução.

Quanto a outras localidades do distrito a que fez referência, aí as coisas podem não ser solucionadas de imediato e da forma como falei para Angolares. Porquê? Porque o distrito é também penalizado pela dispersão populacional que tem e a pequenez dessas concentrações populacionais, o que requer avultados investimentos na mesma e que o Estado não tem os recursos disponíveis para o fazer. Aí conto também com a compreensão e a ajuda de todos, para minimizarmos os problemas. Intervir de fundo, não será possível. Não vou enganá-la e nem lhe vou prometer que vamos fazer.

O que se passa com o abastecimento de água na cidade de Angolares é algo que ao nível da empresa poderemos intervir, porque não é um problema de falta da quantidade de água.

Se não me engano, foi o Sr. Deputado Arlindo Barbosa que se referiu à extensão da rede energética de Diogo Vaz até Santa Catarina, numa segunda fase. Aquando do lançamento desta obra, fiz referência que elas seriam executadas em duas fases, mas praticamente em simultâneo para os dois sentidos, isto é, para o Norte e para o Sul. Referimos que chegaria também a Colónia Açoriana nesta fase, mas o objectivo é chegar a Angolares. O projecto é para chegar a Angolares. É a sede do Distrito de Caué e vamos fazer isto.

A estrada e a ponte, lamento Sra. Deputada, não tenho no orçamento, teremos que encontrar um *modus vivendi* com a Câmara e eventualmente com o Ministério das Finanças e, de acordo com a urgência da prioridade, veremos se calhar o problema da ponte, mas a estrada da Estrada Nacional n.º 2 para a Vila de Ribeira Peixe não lhe vou fazer qualquer tipo de promessas, porque de facto não tenho instrumentos para lhe garantir isso.

Por outro lado, tenho inscrito condições para trabalhar na reparação e na reabilitação da estrada a partir da Ribeira Peixe para o Sul, que também já requer condições para o efeito, sob pena de deixarmos degradar ainda mais, e aí também vamos beneficiar o Distrito de Caué.

Sra. Deputada Filomena dos Prazeres, deixarei que o Sr. Ministro das Finanças responda a sua questão, porque se trata de uma questão de afectação de verbas. Ele poderá explicar melhor do que eu.

Regresso à Sra. Deputada Beatriz Azevedo, porque penso que eu próprio já me referi, e se calhar também o Sr. Primeiro-Ministro, que a nossa intenção era começar essas obras ainda em 2015. Elas só não foram possíveis por causa dos procedimentos administrativos e démarches que tínhamos que fazer. Não foi possível fazer-se a tempo ainda para engajar o projecto, mas tive o cuidado de orientar o Sr. Director do INAE, na altura, e ele está aqui, para se encontrar com o Sr. Presidente da Câmara e explicar-lhe detalhadamente as razões pelas quais o projecto não começou. Espero que ainda este mês comecemos do Cemitério para a estrada. A reabilitação daquela estrada em calçada será feita com o GIME. Portanto, temos as coisas mais ou menos completas para fazer esse trabalho.

O Sr. Deputado Danilson Cotú levantou a questão da produção energética e agradeço a sua intervenção, pela chamada de atenção. De facto hoje estamos a incidir sobre a expansão, mas a primeira das preocupações, antes de entrarmos concretamente na expansão, é a produção. Já é notório a melhoria na produção e sei que nunca se atinge a plena satisfação. É difícil. Tem-se que estar preocupado sempre com a questão de ir melhorando e mantendo. Temos também aqui no orçamento, no quadro das mesmas rubricas com Portugal, também este ano, a instalação de uma nova central, embora ela esteja situada também em Santo Amaro, numa outra parte, mas será uma central independente e que alimentará a rede com mais seis megawatts. Isto para garantir a produção que possa suportar todos esses programas energéticos que temos para o País.

Relativamente à água, o Sr. Deputado levantou questões que são importantes, as quais ao longo dos tempos temos estado a referir. É verdade, os sistemas de abastecimento de água subterrânea ou de nascente que temos são sistemas que já datam de algum tempo, provêm da época colonial e que funcionam. Foram previstos e dimensionados para um certo tempo e para uma determinada população. Hoje a cidade de São Tomé, segundo os últimos dados que temos, acolhe durante o dia cerca de 100 000 pessoas, que são utilizadoras de todas as infra-estruturas que se tem. É verdade que esses sistemas subterrâneos continuarão em serviço até que consigamos melhorar ou pôr em funcionamento outros sistemas que os libertarão e também pôr um sistema que de facto venha actualizar este. Referi-me aos últimos 11 anos, se calhar posso pedir a extensão de informação relativamente a isso. Temos estado a perder pluviosidade há mais tempo, mas nos últimos 11 anos é confirmado, tenho documentos em mãos e estive a vê-lo, a tendência é continuar.

Já algum tempo e ainda ao longo do XIV Governo, já era preocupação partirmos para o sistema de abastecimento de outras fontes. Que não utilizassem fontes de nascente, mas sim de superfície. Por isso é que o Rio d' Ouro foi um sistema de superfície e antes dele o sistema de Milagrosa e Obolongo. Só que chegamos à conclusão que não era suficiente para resolver os problemas e os objectivos a que nos propusemos. Então, a segunda fase desse projecto será água de superfície. O sistema de Neves e de Ribeira Afonso já são água de superfície.

Como vê, todos esses sistemas já têm em conta esse factor e essa dificuldade, e é preciso partirmos para sistemas que nos dêem maior garantia e maior longevidade, mesmo atendendo ao crescimento das populações, sobretudo porque muitas vezes nos centros urbanos a periferia vai crescendo e a tendência é crescer.

Sr. Deputado António Barros, agradeço também por ter percebido. Como vê, a questão é bem mais profunda do que o simples transporte de combustível, é verdade. Posso garantir-lhe todo o meu empenho para resolver, continuo a trabalhar. Como vê, há detalhes que têm que ser trabalhados, ao confirmar-se têm que ser decididos e as decisões terão que ser tomadas. Entretanto, há um outro factor a que não me referi, mas tendo em conta a sua intervenção, posso dizer-lhe que temos as fichas técnicas dos grupos de geradores que estão no Príncipe e é com base nelas que fizemos isso, mas também reconheço que as fichas técnicas podem não ser o elemento suficiente para a tomada de decisão definitiva. Porquê? Porque hoje na Região Autónoma, e ainda bem que assim é, porque também aqui se faz, são vários grupos. Isso permite o quê? Conforme a necessidade e o período do dia, temos que ter vários grupos de geradores em funcionamento ao mesmo tempo. Será que na Região tem-se tido esse pormenor em conta? É algo que temos que confirmar. Será que os técnicos da EMAE que lá se encontram estão habilitados em termos de formação para perceber esse fenómeno? Porque muitas vezes podemos ter dois grupos em funcionamento a consumir o dobro do combustível, quando a necessidade da Região naquele determinado período é de apenas um grupo. Portanto, são questões que teremos que estudar, confirmar e partir para a tomada de decisão. Prometo-lhe o melhor empenho possível para que haja celeridade na procura de solução para este problema, mas há de facto aqui pormenores que temos que olhar, nos dedicarmos a eles, resolvê-los para então resolver esse problema na Região.

O Sr. Deputado Felisberto Afonso colocou-me algumas questões sobre a energia e eu reconheço a situação da iluminação pública. É mais um factor humano do que propriamente de equipamentos, mas é verdade que esses sistemas de iluminação pública acendem e desligam automaticamente. Quer dizer que há pequenos equipamentos que controlam determinadas zonas e elas devem agir automaticamente. Digo que o problema é mais humano, porquê? Porque nenhum equipamento funciona também sem a mão do homem. É preciso que os nossos técnicos, neste caso a empresa, tenham o cuidado de fazer com que algumas pessoas verifiquem com melhor periodicidade esta situação. Porquê? Embora sendo o Estado a suportar esses custos, eles acabam por sair de nós, de uma maneira ou de outra. Também permitem poupar, porque se não tenho a iluminação pública acesa de dia, estou a poupar. Aí também terá da minha parte uma atenção relativamente a isso junto à empresa, para que se tente eliminar de vez esse problema.

Relativamente às facturas, a empresa terá que as emitir, eu sei. Se elas são emitidas depressa de mais temos que ver, porque também o pagamento nem sempre vem depressa. Por isso é que são feitas com um bocado de pressa.

O Sr. Deputado levantou também uma outra questão e gostaria que me dissesse que zonas concretamente têm esse problema hoje de falhas de energia. Quer dizer, há mais energia nos postes públicos, do que dentro de casas. Seria bom que me pudesse dizer quais são essas zonas, para que também eu dê mais atenção.

Sr. Deputado Fernando Maquengo, o problema que levanta tem lógica, tem razão. O que posso dizer-lhe para que o problema seja resolvido é, se pudéssemos, resolveríamos o problema da água pondo água, mas tendo em conta a conjuntura e a situação, pode ser que numa outra zona não se consiga mesmo, no quadro dessa gestão, fazer um fornecimento minimamente regular e digno de facturação. Peço-lhe e às pessoas que nos ouvirem que saibam disso, que se dirijam à EMAE e peçam a suspensão da facturação, porque não têm água. Eu digo que funciona, porque aconteceu-me enquanto cidadão, muito antes de estar aqui nessas funções. Vivía em Santo António e durante muitos anos aquela localidade viveu essa situação,

suspendi. Quando houve água, voltei a fazer e durante aquele período não me cobravam. Porque de facto não faz sentido estar-se a cobrar por uma coisa que a pessoa não tem.

Relativamente às outras duas questões, Sr. Deputado, não lhe posso responder, compreenderá, porque não tenho no meu orçamento. São projectos muito estruturantes, neste e noutros governos são sempre pilotados a partir da primatura. A informação que tenho não é mais do que as que já tem e, por isso, não lhe posso brindar com mais nenhuma outra informação.

A Sra. Deputada Maria de Lurdes levantou uma questão, na sequência da primeira. É só para lhe dizer que o projecto em causa é de raiz, já o tinha dito e volto a dizer. Não há aqui remendos relativamente a esse projecto de Santana. É um projecto de raiz e será bom, à semelhança do Rio d' Ouro e do futuro Obolongo, que funcionará, espero, porque o acompanharemos.

Relativamente às verbas também, Sra. Deputada, esse projecto de Santana durará muitos anos. A verba que está aqui, se calhar, nem será consumida toda este ano, quer dizer que para o ano estaremos aqui com mais dinheiro para o projecto de Santana. Tranquelize-se porque Santana terá um bom projecto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a situação de corte de energia não está numa só parte, mas em todo o País. Eu vim agora da minha casa e desde manhã que acordei não há energia. Eu utilizo electrobomba e hoje não houve energia. Em casa do Sr. Ministro sei que também há corte. Portanto, há corte geral, para toda gente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, para um esclarecimento.

O Sr. **Ministro das Finanças e da Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados.

É para dar resposta a uma questão levantada pela Sra. Deputada Filomena dos Prazeres, sobre a estrada da cidade de Santo António e arredores. É um projecto que está inscrito no orçamento da Região, mas o Governo Central é que se responsabiliza em fazer a transferência de verba para o empreiteiro, em função do avanço das obras. Já avançamos uma parte e brevemente, quando começarmos a executar, vamos avançar uma outra parte. Por isso, está garantido sim o avanço da reabilitação da estrada da cidade de Santo António.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e meio Ambiente, para fazer o remate final.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começaria por agradecer pela contribuição e a colaboração, porque não me preocupa o facto de nem sempre estarmos de acordo com algumas questões. O que importa é trocarmos os pontos divergentes e depois, quando concluirmos ou convergirmos, teremos que adoptar e partir, o que sair será nosso. Penso que o orçamento que sair daqui desta Assembleia, relativamente ao Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, é o orçamento para ser executado por todos. Conto com a colaboração de todos, mesmo fora deste quadro, o que normalmente tem acontecido com alguns deputados e cidadãos, porque sabemos que ao longo da vida é preciso, muitas vezes, fazer correcções. Estamos disponíveis para isso, sempre que for possível. Não se pode fazer tudo, sabemos, mas faremos o melhor que pudermos para o bem-estar das nossas populações e do País.

Posto isto, Sr. Presidente, em seu nome, agradeço-lhe e aos demais Deputados e faço votos de continuação de um bom trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro. Agradecemos pela sua disponibilidade e por todos os esclarecimentos prestados.

Está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 20 minutos.